

MANIFESTO DOS SERVIDORES DO INCRA/PR

ALERTA SOBRE A FALTA DE CONDIÇÕES PARA FAZER FRENTE AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELA RETOMADA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA

Os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Paraná alertam sobre a grande dificuldade de dar atendimento às ações afetas à Política Nacional de Reforma Agrária, devido à falta de condições estruturais, orçamentárias e baixa valorização do quadro funcional.

O INCRA, ao longo dos anos, vem perdendo grande parte de sua força de trabalho em virtude de aposentadorias e saídas voluntárias de servidores, que buscam outras oportunidades de trabalho em postos mais estruturados e com melhores condições salariais. Comparando os órgãos assemelhados do Poder Executivo Federal, os servidores do INCRA possuem os piores salários.

Em 2010, no INCRA/PR havia 190 servidores ativos e atualmente são 76, dos quais 11 têm condições de aposentadoria imediata. Em paralelo, a demanda de trabalho só tem aumentado, principalmente em função da retomada das políticas públicas ligadas à agricultura familiar e reforma agrária, relegada pelo governo anterior.

Analisando apenas um dos eixos das ações da reforma agrária, no que se refere a obtenção de imóveis rurais para o assentamento de famílias, o quadro é bastante preocupante. Dados do orçamento público da União demonstram um grande descompasso entre as políticas públicas anunciadas, como por exemplo o Programa Terra da Gente (Prateleira de Terras), e as ações efetivas por parte da esfera federal, como pode ser observado no gráfico ao final deste documento, que traz a evolução da dotação orçamentária atualizada e o valor efetivamente gasto para as ações de obtenção de terras entre o período de 2000 a 2023. Tais despesas englobam os valores referentes às indenizações por desapropriação (Lei nº 4132/1962) e pagamentos por aquisição direta de imóveis (Decreto nº 433/1992). Como se vê, a dotação orçamentária anual para a obtenção de terras caiu de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão nos anos 2005, 2006, 2007 e 2008 para aproximadamente R\$ 2,9 milhões em 2023, queda que se acentuou significativamente a partir de 2017.

Em contrapartida, o preço da terra aumentou significativamente nos últimos anos, muito em função da cultura da soja, valorizada enquanto commodity do setor agroexportador.

Conforme dados disponíveis na Planilha de Preços Referenciais de Terras do INCRA (2022), o valor médio de um hectare de terra de tipologia de exploração mista no Estado do Paraná (em que se exploram culturas anuais e pecuária) corresponde a R\$ 56 mil.

Assim, o custo atual para assentar uma família num lote de 10 hectares seria de aproximadamente R\$ 560 mil.

Se considerarmos o montante aproximado de 6,5 mil famílias que aguardam por um lote de terra no Estado do Paraná (inclui os acampamentos e áreas de conflito), com um orçamento médio anual de R\$ 4 milhões nos últimos quatro anos para obtenção de imóveis, **o INCRA demoraria 910 (novecentos e dez) anos para obter as áreas para assentar as 6500 famílias**, considerando as modalidades desapropriação e aquisição direta de imóveis e considerando ainda que todo o recurso do INCRA desta ação específica fosse direcionado somente para o Paraná.

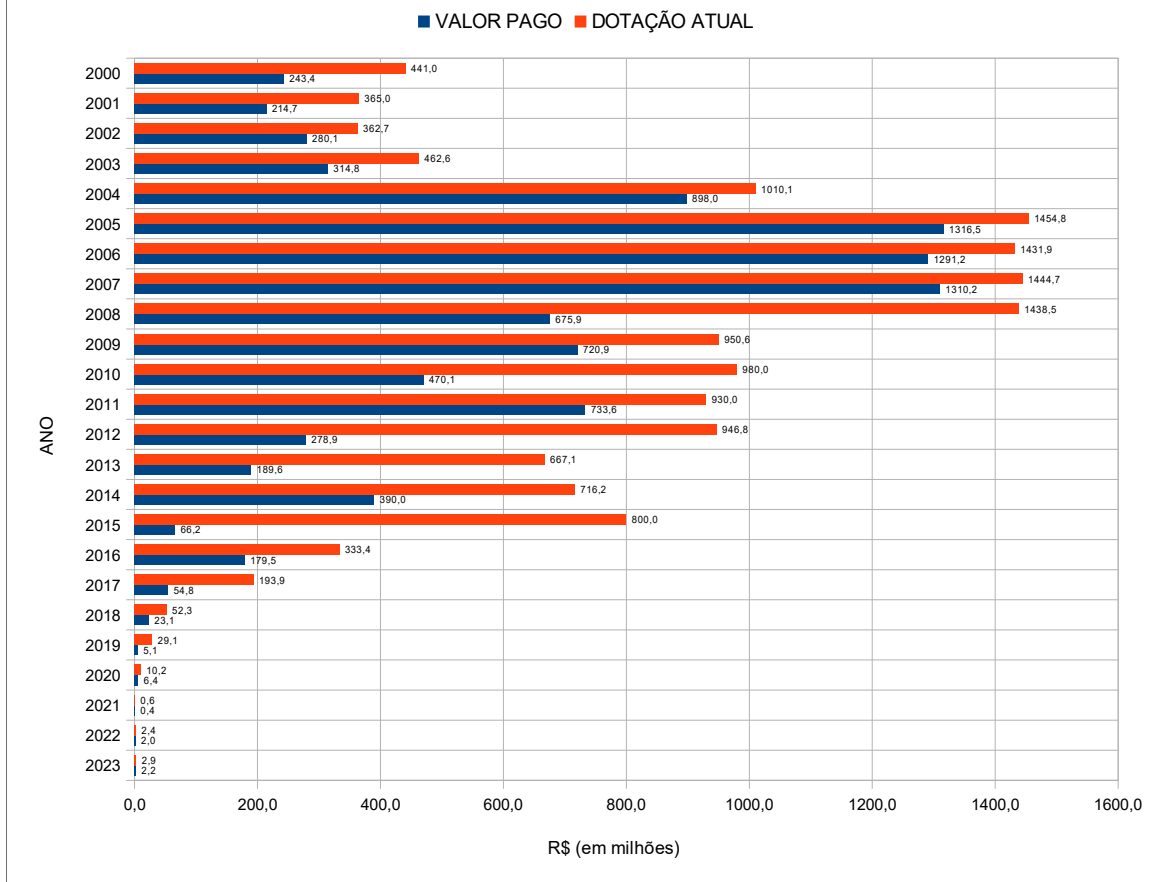
Dessa forma, conclamamos as entidades ligadas à agricultura familiar/reforma agrária e parlamentares para intervir junto ao governo federal para a reestruturação do INCRA e de suas carreiras dos servidores, tendo em vista a situação em que o órgão se encontra, com sinais de colapso iminente, cuja atuação tem se resumido ao atendimento de demandas judiciais.

As entidades dos servidores tem alertado constantemente a administração da autarquia sobre a situação, inclusive, de forma propositiva.

Curitiba/PR, 07 de junho de 2024.

Associação dos Servidores do INCRA no Estado do Paraná (ASSINCRA/PR)
Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA/PR) – Delegacia Regional/PR
Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (CNASI-AN)

Dotação orçamentária* do INCRA (nacional) para obtenção de terras para Reforma Agrária (período de 2000 a 2023)



Fonte: Consulta pública no Painel do Orçamento Federal do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), 2024

* As dotações incluem as seguintes ações programáticas: 5611-Obtenção de Terras; 86AK-Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; 4460-Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; 20TG-Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; 211B-Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; e 211B-Aquisição de Terras.

Referências:

1) Painel do Orçamento Federal do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

2) Relatório de Análise de Mercado de Terras (RAMT) e Planilha de Preços Referenciais do Estado do Paraná (PPR) de 2022

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/parana>